

Bispo faz queixa e ouve "sermão" de Brossard

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, fez ontem um verdadeiro "sermão" ao presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, enquanto o bispo lhe entregava três documentos que incriminam o Conselho Indigenista Missionário-Cimi, publicados por O Estado, e que a Igreja considera "falsos". O ministro se exaltou logo no começo da conversa e pôde ser ouvido pelos jornalistas que aguardavam na ante-sala do seu gabinete, indagando: "Desde quando o Brasil é uma nação plurinacional?"

Ao receber os documentos da CNBB, a carta do secretário do Cimi, o documento do Conselho Mundial das Igrejas, e o "digesto" — ata de uma reunião que d. Luciano diz que não se realizou —, o ministro reagiu e foi buscar na história da Igreja no Brasil os elementos para sua resposta: "Nem Anchieta faria isso. O grande padre Vieira não faria isso. Isso é uma coisa absolutamente estranha ao Direito Constitucional brasileiro. Muito bonito, padre, muito bonito". Seguiu-se uma pausa. Depois d. Luciano reagiu com timidez, em voz



Paulo Brossard

baixa, e o ministro prosseguiu: "Mas falávamos do caso dos austríacos (abaixo-assinado que os jovens católicos da Áustria enviaram ao relator Bernardo Cabral). "Não sabem dizer uma palavra da língua portuguesa, mas agora se apresentam como pro-

tetores dos índios. Existem organizações européias a defender... Organizações dessas não faltam porque recebem todo o dia manifestações, cartas teleguiadas, estereotipadas. Ou é obra do Divino Espírito Santo? Todas as cartas têm o mesmo teor. Curioso, padre, curioso."

Exaltado, o ministro continuou: "É uma coisa absolutamente estranha no Direito Constitucional brasileiro, nem no Direito Eclesiástico do senador Cândido Mendes se lê isso. Muito bonito".

Mesmo tendo ouvido tudo isso, na saída da audiência com o ministro da Justiça, depois de uma hora de conversa, d. Luciano considerou que "tudo foi explicado" e chegou a dizer que o encontro foi "cordial" e que não saía com mágoa. Para o presidente da CNBB, a Igreja continuará se empenhando em mostrar que os documentos usados contra o Cimi são falsos: "Conhecemos as pessoas que trabalham na nossa casa". Na sua avaliação, a Igreja interpreta a publicação de acusações ao Cimi como o interesse de "alguns setores" de influenciarem a Constituinte. Para ele, é pura "elocubração" dizer que a Igreja quer entregar as riquezas minerais das terras indígenas à comunidade internacional.

Igreja defende hoje proposta na comissão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A primeira emenda popular à Assembleia Nacional Constituinte, subscrita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que trata dos direitos da família, será defendida hoje na Comissão de Sistematização pelo arcebispo de Uberaba (MG), d. Benedito Ulhoa Vieira. A emenda popular, com mais de 500 mil assinaturas, vai suscitar debates em torno de temas polêmicos, como o aborto, a eutanásia e o divórcio.

Ao não admitir a prática do aborto nem mesmo para os casos de estupro, a Igreja registra pelo menos um avanço nesta emenda popular, ao reconhecer a união estável não regularizada legalmente. "Nós queremos dar a estas uniões um lugar na sociedade, mas a Igreja continua com suas teses de amor e fidelidade", justificou o bispo de Pelotas (RS), d. Jaime Chemelo.

Ele disse que a expectativa da Igreja com relação a esta proposta é bastante boa, ao contrário da que cria normas relativas à ordem econômica, considerada por ele como a "mais difícil" de ser acatada.

Composta de cinco artigos, a

emenda popular referente aos direitos da família, além de defender a preservação da vida "desde a sua concepção", não admite a prática do aborto, da eutanásia e da tortura. Prevê que a família tem o direito a garantias do Estado para sua estabilidade e "condições para o desempenho das suas funções", como gestação, nascimento, saúde, alimentação, habitação e educação dos filhos.

Para a união estável, a emenda prevê que o Estado deve oferecer "amparo social e previdenciário" e à criança proteção especial que lhe faculte o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia "e em condições de liberdade e dignidade". O último artigo prevê o reconhecimento a todos os menores do direito a uma educação fundamental.

As outras três emendas populares subscritas pela CNBB serão defendidas pelos bispos de Bauru (SP), d. Cândido Padim (educação); bispo de Afogados de Ingazeira (PE), d. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (ordem econômica); e pelo secretário geral da CNBB, d. Antonio Celso Queiroz, bispo auxiliar de São Paulo que vai defender a proposta sobre liberdade religiosa.

UDR convoca os ruralistas a Brasília

A União Democrática Ruralista está convocando seus associados para irem a Brasília, a fim de impedir a aprovação da imissão de posse pelos constituintes. Para o presidente da entidade em São Paulo, Nelson Razzo, a situação é de emergência: "A ida de nossos companheiros a Brasília, para uma conversa com os representantes do povo na Constituinte, é a nossa única alternativa, uma vez que são acelerados os dispositivos de aprovação da emenda".

Em Brasília, o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, continua tentando convencer os constituintes a votar contra a inclusão na Constituição da imissão de posse — dispositivo que, se aprovado, dará ao proprietário rural desapropriado apenas um prazo de 90 dias para o julgamento do processo. Segundo os ruralistas, o prazo é muito pequeno para que se consiga um resultado justo, num sistema judiciário emperrado como o brasileiro. O senador Virgílio Távora disse a Ronaldo Caiado que também discorda da imissão de posse, nos termos anunciados pelo relator da Constituinte, Bernardo Cabral. "O proprietário rural não pode ficar sem recurso ao Judiciário", comentou o senador. Caiado garantiu que a UDR vai conseguir seus objetivos.

Prisco critica "homenagem" do relator

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) voltou ontem à tribuna da Constituinte para continuar sua série de discursos em defesa do presidencialismo. Ele considera que a questão do sistema de governo é um dos principais pontos da futura Constituição e critica o relator Bernardo Cabral por haver declarado que tinha incluído o sistema parlamentarista "em homenagem" ao senador Affonso Arinos. "Em que pese o respeito que todos nós temos pelo senador", disse Prisco, "não pode uma questão tão séria como essa ser incluída no texto do substitutivo a título de homenagem".

O senador Leite Chaves (PMDB-PR), por sua vez, refutou os argumentos usados pelo presidente José Sarney para defender o presidencialismo. "Quando ele diz que o parlamentarismo não pode ser adotado porque o País não tem uma máquina administrativa eficiente nem partidos políticos fortes, ele está atacando o próprio sistema presidencialista, que até hoje não conseguiu produzir nem uma coisa nem outra." E acusou Sarney de "usar o cargo que lhe demos para desorientar o Congresso".

PFL

O líder do PFL, deputado José Lourenço, já está trabalhando para demover seus liderados do apoio à implantação do sistema parlamentarista. E o deputado Nelson Sguarezi (PMDB-PR) distribuiu estudos aos constituintes defendendo a implantação do parlamentarismo com base na história do País. Ele lembra que, no parlamentarismo monárquico (1847-1889), o Brasil viveu seu período "mais tranqüilo e mais progressista".

Sarney proíbe ministro de ser parlamentarista

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A intenção do presidente José Sarney, na reunião ministerial de amanhã, é uniformizar a fala do governo em favor do presidencialismo. A informação é de um ministro de Estado com gabinete no Palácio do Planalto, que explicou que o presidente definiu claramente sua posição em favor do presidencialismo como a forma de governo que deve constar da nova Constituição brasileira, e "não quer mais saber de ministros defendendo o parlamentarismo".

Segundo o ministro, é preciso que os constituintes percebam que o parlamentarismo não é possível em países organizados em forma de federação, como é o caso do Brasil e dos Estados Unidos. "A experiência só deu certo em países unitários, como a França", disse ele, acrescentando que "o próximo presidente brasileiro, eleito por cerca de 30 milhões de votos, não vai querer dividir o poder com um deputado do Piauí, por exemplo". Com Sarney, neste caso, estão todos os governadores de Estado, que, segundo a fonte, vêm afirmando-se inconformados com a possibilidade de dividir o governo com deputados estaduais.

E o presidente José Sarney, se preciso, vai partir para a "guerra" na Assembleia Constituinte, fazendo um trabalho de "ombro a ombro" para prevalecer a tese de regime de governo presidencialista sobre o parlamentarismo proposto pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral.

O Palácio do Planalto não descarta, por exemplo, a formação de uma nova aliança com notórios presidencialistas, incluindo o próprio Leonel Brizola — tido como arquiinimigo do governo Sarney —, se o atual regime tiver a sua continuidade comprometida. A aliança que o presidente Sarney estimula, segundo se informa no Palácio do Planalto, passa por duas vertentes: primeiro, dos governadores estaduais, muitos dos quais com pretensões a entrar no jogo da sucessão e, por isso, ferrenhos adeptos do presidencialismo; e segunda, dos políticos influentes e sem mandato, como é o caso de Brizola, disposto a manter o regime intocável.

De acordo com um deputado de íntima ligação com o presidente, e que por essa razão pediu para não ser identificado, Sarney não precisará se desgastar para chegar a Brizola. Há parlamentares dispostos a esse tipo de articulação, por terem trânsito com o ex-governador do Rio, como o senador Marco Maciel e, até, o filho do presidente, José Sarney Filho, que se gaba de manter um tratamento "muito cordial" com o maior adversário de seu pai.

Esse político ainda confidenciou que o presidente Sarney fez um último apelo ao relator Bernardo Cabral durante uma conversa de 20 minutos no Palácio da Alvorada, que acabou atrasando o início de uma solenidade programada no Planalto. O chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, que tem vocação parlamentarista, se encarregou de acompanhar Cabral até o Alvorada e, sentindo que as negociações ainda não foram esgotadas, conduziu-o, em seguida, até o Planalto.

Moreira pede plebiscito

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um plebiscito para que a população escolha o tipo de sistema de governo que deve vigorar após a promulgação da nova Constituição. A proposta foi defendida pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco, que ontem almoçou com o Alvorada. Assumindo a ofensiva contra o substitutivo do relator Bernardo Cabral, ele lembrou que a última iniciativa desse tipo ocorreu em 1963. E a maioria dos eleitores disse "não" ao parlamentarismo encabeçado pelo então primeiro-ministro Tancredo Neves.

Moreira Franco acredita que a tendência contra o sistema parlamentarista vai prevalecer se houver uma nova consulta popular. No entanto, observou que sua idéia somente deve ser executada caso o plenário da Constituinte opte por um parlamentarismo

ortodoxo. O governador fluminense não quis confirmar se o presidente Sarney concorda com sua tese.

Coincidentemente, durante o almoço, o presidente telefonou para Bernardo Cabral, convidando-o para uma conversa sobre o substitutivo. Alguns minutos depois, quando Moreira Franco se preparava para se retirar, o relator chegava ao Palácio da Alvorada, juntamente com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

O governador fluminense estendeu sua conversa sobre sistema de governo com o presidente da Constituinte das Atleções Guimarães. Apesar de las Ulsses Guimaráes ser a briga entre quadrilhas de traficantes de drogas, Moreira Franco evitou tocar nesse assunto com Sarney. Sua presença em Brasília, disse, foi essencialmente política, por entender que a Constituinte entrou numa fase decisiva, em que o presidencialismo deve ser defendido.

Emenda vai propor fim dos 'marajás'

O deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP) informou ontem ao plenário da Constituinte que vai encaminhar a sugestão feita pelo jornalista Geraldo Forbes, em artigo publicado no O Estado de S. Paulo, para pôr fim aos "marajás" do serviço público.

Beviláqua disse que vai apresentar a emenda na Comissão de Sistematização, fixando o teto máximo de remuneração para qualquer servidor público, incluídas todas e quaisquer vantagens, a remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal.